
**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU**

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTHAS
PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO CONSELHO TUTELAR 2023
SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN

**SEGUNDA ETAPA
EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO
23/07/2023**

CANDIDATO: _____
CPF: _____

Leia atentamente as orientações abaixo:

Este caderno contém 30 questões objetivas: Língua Portuguesa, Informática e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e 10 questões subjetivas sobre o ECA;

As questões objetivas possuem quatro alternativas de respostas: a, b, c ou d, todavia apenas uma deverá ser marcada.

Todas as respostas devem ser registradas no CADERNO DE RESPOSTAS entregue com este caderno de questões.

Os espaços em branco deste caderno podem ser utilizados como rascunho;

Não será permitido o uso de nenhum material de consulta.

Não será permitido uso de aparelho celular e relógio.

O candidato poderá ir ao banheiro após 30 minutos do início da prova.

O candidato ao término da prova, deverá entregar ao fiscal este caderno de questões acompanhado do caderno de respostas, com seu NOME E CPF registrados.

LINGUA PORTUGUESA

Leia o texto:

Acesso à saúde: 150 milhões de brasileiros dependem do SUS

Isso corresponde a mais de 70% da população brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE

No início de setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados da Pesquisa Nacional de Saúde, que entrevistou milhares de pessoas em todos os estados e as regiões do Brasil em 2019.

Trata-se da segunda edição da pesquisa, feita pela primeira vez em 2013. Mesmo sendo referente ao ano anterior, a pesquisa reforça o papel do sistema público no atendimento à população e no combate às doenças.

Isso porque um dos primeiros dados que chama a atenção na publicação é o de que 71,5% dos brasileiros — o que corresponde a mais de 150 milhões de pessoas — não possuem qualquer serviço de saúde suplementar, como planos médicos-hospitalares ou odontológicos.

O indicador não apresentou grande oscilação em relação à edição anterior, quando 72,1% dos brasileiros afirmaram ter acesso apenas ao SUS.

Sobre os dados gerais, é interessante observar também que a parcela de domicílios cadastrados em Unidades de Saúde da Família aumentou 6,7 pontos percentuais na comparação com 2013 — aumentou de 53,3% para 60%.

As unidades básicas foram o destino favorito do brasileiro para procurar serviços de saúde, sendo a preferência de 46,8% dos entrevistados. Logo depois, vieram os consultórios de médicos particulares e clínicas privadas, com 22,9%.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) têm 14,1% da preferência, e os centros de especialidades, policlínicas públicas ou ambulatórios de hospitais públicos têm 8,9%. Por fim, o pronto-atendimento de hospitais privados são procurados por 4,4% dos brasileiros.

Entre os 28,5% dos brasileiros que afirmaram ter plano de saúde privado na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (contra 27,9% de 2013), é possível observar desigualdades marcantes entre diferentes regiões do País.

Enquanto as regiões Sul (30,5%) e Sudeste (34,9%) têm cobertura acima da média nacional, o Norte (14,7%) e o Nordeste (16,6%) possuem proporções muito menores de sua população sob o cuidado da saúde suplementar — já o Centro-Oeste fica próximo da média, com 28,9%.

Os dados analisados por estado são ainda mais desiguais: São Paulo (38,4%) e Distrito Federal (37,4%) se destacam com as maiores coberturas, enquanto Maranhão e Paraíba têm apenas 5,0% e 7,4% de sua população atendida por planos de saúde. Essas diferenças regionais são semelhantes àquelas observadas no relatório de 2013.

Contudo, mais do que regionais, essas desigualdades também são sociais: 16,1% das pessoas sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto possuem acesso à saúde suplementar, contra 67,6% daquelas com Ensino Superior completo.

Quanto à renda, somente 2,2% das pessoas que ganham menos de 1/4 de salário mínimo têm algum plano de saúde, parcela que sobe para 86,8% entre os que recebem mais de cinco salários mínimos mensais.

Segundo o IBGE, há “uma relação direta entre a cor ou a raça e o nível de instrução e a cobertura de plano de saúde, destacando-se, nesse sentido, as pessoas brancas ou com Ensino Superior com as maiores proporções de cobertura”.

FONTE:

<https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/aceso-a-saude-150-milhoes-de-brasileiros-dependem-do-sus/> -

Adaptado para fins pedagógicos.

01. O Texto permite inferir que:

há uma forte relação entre fatores socioeconômicos na definição de uso dos serviços de saúde no Brasil.

de 2013 até a data da pesquisa atual, houve alteração significativa no número de pessoas atendidas por serviços suplementares de saúde.

a má qualidade de atendimento do SUS fez com muitos brasileiros procurassem os serviços de saúde suplementares, ou seja, os planos de saúde privados.

a maioria dos atendimentos de saúde no Brasil ocorre fora da esfera da saúde pública.

Quanto à organização tipológica, o Texto é predominantemente

argumentativo, por explicitar o percentual de brasileiros que utilizam os serviços públicos de saúde.

narrativo, por contar como se deu o processo de criação dos serviços públicos de saúde no Brasil.

argumentativo, por defender um ponto de vista favorável à manutenção dos serviços públicos de saúde no Brasil.

narrativo, por informar ao leitor sobre como ocorre o acesso aos serviços de saúde no Brasil.

Quanto ao gênero textual, o Texto configura-se como

artigo de opinião.
reportagem.
editorial.
artigo científico.

Leia o trecho abaixo, retirado do texto , para responder às questões de 04, 05 e 06.

Em relação ao uso da vírgula assinalada com [1] é correto afirmar que ela

isola um adjunto adverbial deslocado.
isola uma oração coordenada.
separa oração subordinada adjetiva.
isola um aposto explicativo.

O termo em destaque OS DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE [2] exerce função de

objeto direto.
objeto indireto.
complemento nominal.
adjunto adnominal.

O acento gráfico da palavra SAÚDE se justifica pois trata-se de

uma palavra paroxítona terminada em E.
uma palavra com U tônico formando hiato.
uma palavra com ditongo crescente.
uma palavra trissílaba.

O vocábulo QUE [3] é

pronome.
advérbio.
conjunção.
partícula expletiva.

Observe o trecho abaixo retirado do texto para responder à questão 8.

O vocábulo OSCILAÇÃO possui o dígrafo SC. Indique qual das palavras abaixo a que a lacuna em branco NÃO seria preenchida com o dígrafo SC.

pi_ina
o_ilar.
su_into.
ressu_itar.

Leia o trecho abaixo para responder às questões 9 e 10.

O termo em destaque LOGO DEPOIS [1], poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido e mantendo-se a norma padrão por

Assim que.
Portanto depois.
Logo que.
Em seguida.

10. O termo destacado [2] exerce a função sintática de

sujeito.
objeto direto.
adjunto adnominal.
complemento nominal.

INFORMÁTICA

11. O que é o pacote office?

Um conjunto de aplicativos da Microsoft para edição de imagens.

Um conjunto de aplicativos da Apple para edição de documentos.

Um conjunto de aplicativos da Microsoft para produtividade, incluindo processamento de texto, planilhas e apresentações.

Um conjunto de aplicativos da Adobe para criação de conteúdo multimídia.

12. O que é um documento de ofício?

Um documento pessoal que contém informações confidenciais.

Um documento comercial que descreve os produtos de uma empresa.

Um tipo de documento formal usado para comunicações oficiais em empresas e órgãos governamentais.

Um documento utilizado apenas em instituições de ensino para avaliações.

13. Qual é a extensão do arquivo do microsoft word?

a extensão é dox

a extensão é docx

a extensão é txt

a extensão é jpg

14. Como podemos enviar um documento por e-mail utilizando o pacote office?

Abrir o documento no Word, copiar o conteúdo e colá-lo diretamente no corpo do e-mail.

Anexar o documento ao e-mail, clicando no ícone de clipe de papel e selecionando o arquivo.

Salvar o documento em formato PDF e arrastá-lo diretamente para a caixa de entrada do e-mail.

Enviar o documento por e-mail diretamente do aplicativo Excel, utilizando a opção "Enviar por E-mail".

15. Em um documento de ofício, o que significa o campo " assunto"?

O nome do remetente do documento.

O número de páginas do documento.

O tema ou tópico do documento.

O código de identificação do documento.

16. Qual é a função do microsoft excel no pacote office?

Criar e formatar documentos de texto.

Criar apresentações de slides.

Criar planilhas e realizar cálculos.

Editar imagens e fotos.

17. Quais são os benefícios de se enviar um documento de ofício em formato pdf?

Ocupa menos espaço de armazenamento e é mais seguro contra vírus.

Permite uma formatação mais elaborada em relação a outros formatos.

Torna o documento compatível somente com dispositivos Apple.

Facilita a edição do conteúdo por parte do destinatário.

18. Em um documento de ofício, o que é colocado na identificação do destinatário?

Nome do remetente.

Endereço de e-mail do remetente.

Nome e cargo do destinatário.

Assunto do documento.

19. Qual aplicativo do pacote office é mais adequado para criar apresentações de slides?

Microsoft Word
Microsoft Excel
Microsoft PowerPoint
Microsoft Outlook

20. Qual aplicativo do pacote office pode ser utilizado para salvar um documento em formato pdf?

Word
PowerPoint
Excel
Todos acima

PROVA ESPECÍFICA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBJETIVA

21. Tendo como objetivo intervir em questões referentes à infância e à juventude, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) apresenta duas propostas fundamentais: a primeira garante que crianças e adolescentes brasileiros passem a ser tratados como sujeitos de direitos; a segunda consiste no:

Reconhecimento de que a criança e o adolescente sejam objetos de intervenção da família e do Estado, dentro dos preceitos constitucionais do governo.

Fornecimento de políticas sociopsicossociais para o bom desenvolvimento da educação, da saúde e da proteção da integridade física da família.

Desenvolvimento de uma nova política de atendimento à criança e ao adolescente, regida pelos princípios constitucionais de descentralização administrativa e de participação da sociedade civil.

Desenvolvimento de uma política assistencial e integral que se baseia em preceitos de proteção. Jurídica em prol da população infanto-juvenil, face ao abandono e à desassistência do Estado e da Sociedade.

22. O ECA alude que criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegura direito de:

Permanecer em escola particular, mesmo sendo inadimplente.

Ser respeitado pelos educadores, desde que seja educado pela sua família a respeitar a disciplina e hierarquia dos professores e diretores.

Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

Contestar o uniforme escolar que não agrada, bem como a cor e modelo imposto pela unidade escolar.

23. Pedro e Joana têm planos definidos para separação judicial. Mas, como têm uma filha de dois (02) anos, ainda não estabeleceram um acordo sobre a guarda da criança. Indiscutivelmente, Joana tem um poder aquisitivo acima do de Pedro. Ao estabelecer um acordo sobre o poder familiar baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

Como Joana tem uma situação financeira melhor que Pedro, a filha deverá ficar integralmente com a mãe.

Um dos motivos para a perda do poder familiar é a situação financeira sofrível de um dos pais.

A carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

O poder familiar poderá ser exercido pelo pai ou pela mãe, decisão, entretanto, condicionada à situação financeira estável, a valores morais e ao equilíbrio do estado psicológico.

24. Em relação ao direito à vida e à saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que:

A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.

O pré-natal somente será assegurado à gestante com alto risco na gravidez, desde que ela esteja inscrita no programa de benefícios sociais.

A parturiente passará por vários especialistas, não sendo recomendado ser acompanhada por um único médico.

Somente em casos de estupro e abuso sexual será assegurada assistência psicológica no período pré-natal à gestante a fim de serem minorados os traumas advindos da gravidez.

25. Em relação às características do Conselho Tutelar, julgue os itens:

I - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo;

II - O processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar deve ser estabelecido por lei municipal;

III - Compete à autoridade judiciária e ao Ministério Público a revisão das decisões colegiadas do Conselho Tutelar;

Somente a I está correta;

Somente a II está errada;

I e II estão corretas;

Todas estão corretas;

26. Ainda, no que tange as especificidades do cargo de Conselheiro Tutelar, julgue os itens a seguir, e assinale a opção correta:

Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, são exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral; idade superior a 35 (trinta e cinco) anos; residência no município onde se localiza o conselho;

Em cada Estado deve haver, no mínimo, um conselho tutelar, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 05 (cinco) anos, permitida reeleição;

Não podem servir no mesmo órgão marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados (durante o cunhadio), tio e sobrinho, bem como padrasto ou madrasta e enteado, não sendo extensível tal impedimento para o conselheiro em relação ao juiz e ao membro do MP do Juízo da Infância e Juventude, em exercício da comarca, foro regional ou distrital;

O Conselho Tutelar constitui órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

27. Sobre Ato Infracional, podemos afirmar:

Criança também pratica ato infracional, mas a elas não são aplicáveis as medidas sócioeducativas, apenas medidas de proteção;

Somente o adolescente pode ser considerado autor de ato infracional, dependendo a aplicação de

medida sócio-educativa da observância de garantias, dentre as quais a igualdade na relação processual, o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e a defesa técnica por advogado;
Praticado por pessoa menor de 12 (doze) anos importará a aplicação de medida específica de proteção, como, por exemplo, a liberdade assistida;
Somente será punível se for praticado por adolescente, dada a sua semi-imputabilidade;

28. No que tange aos Conselhos Tutelares:

Em cada Município haverá, no máximo, um Conselho Tutelar composto de sete membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução;

Em cada Município haverá, no máximo, um Conselho Tutelar composto de seis membros, escolhidos pela Comunidade local para mandato de três anos, não sendo permitida uma recondução;

Em cada Município haverá, no mínimo, dois Conselhos Tutelares compostos de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;

Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela Comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

29. Ainda no que tange ao Conselho Tutelar, podemos afirmar quanto à competência:

Não existe regra para fixação de competência da atuação do Conselho Tutelar, sendo o competente, sempre, o conselho tutelar de qualquer comarca que tome conhecimento primeiro de fato que envolva menor;

Será determinada de maneira absoluta, ou seja, sem exceções, pelo domicílio dos pais ou responsável pela criança ou adolescente;

A competência de atuação dos Conselhos Tutelares segue a mesma regra da competência judicial;

O local onde se encontra a criança eo adoelscente não serve como fundamento para fixação de competência de atuação do Conselho Tutelar;

30. São atribuições do Conselho Tutelar, Exceto:

Na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, pode o Conselho Tutelar determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum;

Pode o Conselho Tutelar requisitar serviços Públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

Expedir notificações;

Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

SUBJETIVA

31. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 19, “ é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” A senhora Maria procurou o Conselho Tutelar e declara desejar entregar seu filho, recém-nascido para adoção. Relata que a criança não foi planejada, não dispõe de condições financeiras e que o genitor não

deseja registrar a criança. Qual deve ser a conduta do conselheiro tutelar neste caso?

32. Joaquina, avó materna de José, solicitou judicialmente a guarda do seu neto, pois sua filha faleceu em decorrência do COVID-19 e o genitor da criança é alcoolista e negligência os cuidados com o filho. A justiça deferiu o pedido da avó. Diante disso, de acordo com o ECA, quais são as obrigações da senhora Joaquina para com seu neto, já que ele tornou-se a guardiã?

33. Valentina, professora da escola da rede municipal de São José de Mipibu, verificou que os filhos da senhora Patrícia: Gustavo 6 anos, Mateus, 8 anos e Pedro 10 anos, não são assíduos nas aulas e que não existem justificativas sobre as ausências. De acordo com o ECA, qual é a obrigação da professora com objetivo de garantir o direito dessas crianças?

34. Segundo o artigo 98 do ECA, em quais situações são aplicadas as medidas de proteção a crianças e adolescentes?

35. Bernardo tem 13 anos, faz uso abusivo de maconha, deixou de frequentar a escola e tem apresentado comportamento agressivo com seus genitores. Sua genitora procurou o conselho tutelar em busca de ajuda para seu filho. Considerando que o caso exige a aplicação de medidas protetivas, cite 02 medidas que o conselheiro tutelar deve aplicar, conforme o artigo 100 do ECA.

36. Segundo o ECA o que é o Conselho Tutelar ? E o que este órgão pode fazer para promover a execução de suas decisões conforme o artigo 136 (Cite 04 ações)?

37. Uma das atribuições do Conselho Tutelar é atuar junto ao Poder Judiciário e Ministério Público na fiscalização de entidade governamentais e não-governamentais que atendem crianças e adolescentes. Diante disso, de acordo com o artigo 97, cite 03 medidas que podem ser aplicadas as instituições que não reportam ao Conselho Tutelar casos suspeita ou maus tratos a crianças e adolescentes?

38. Quais são as medidas socioeducativas e quem elas são destinadas, conforme o artigo 112 do ECA?

39. De acordo com o artigo 4º do ECA a garantia de prioridade a crianças e adolescentes garante o que?

40. De acordo com os artigos 60 e 67 do ECA discorra sobre o acesso ao trabalho, a quem ele é permitido e em que circunstâncias ele é vedado.?

Publicado por:

Williany da Silva

Código Identificador:04E3B4D7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 25/07/2023. Edição 3082

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>